

A NECESSIDADE DE SE DISCUTIR GÊNERO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

THE NEED TO DISCUSS GENDER IN THE TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS

LA NECESIDAD DE SE DISCUTIR GÉNERO EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA

Marina Toscano Aggio¹
Júlio Cesar Pagnan²
Danielle Pagnan³

Resumo

A educação do século XXI enfrenta muitos desafios; um deles é discutir e debater as questões de gênero no âmbito escolar, assunto que ainda divide opiniões em todo o território brasileiro. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), é necessário enfrentar os padrões de conduta autoritária, legitimados ao longo dos anos na cultura brasileira, a fim de promover igualdade de direitos a todos os alunos e alunas no ambiente escolar. Diante do contexto apresentado, esta pesquisa teve como objetivo contribuir com a ampliação dos conceitos de gênero na formação inicial ou continuada do(a) professor(a) de Educação Física no âmbito escolar. Está pautada em levantamentos bibliográficos, principalmente nos escritos de Bourdieu, que reflete sobre o papel da escola na reprodução do capital simbólico e considera que as ações pedagógicas não são neutras. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, destacando os principais autores que dialogam sobre gênero, além de análises das leis que orientam o tratamento do tema no interior das escolas, a fim de compreender as discussões sobre gênero. Por fim, entende-se que quando existe formação continuada do (a) professor(a) de Educação Física, este profissional pode atuar de maneira efetiva no combate aos conflitos entre alunos e alunas, cumprindo a sua função social, ou seja, contribuindo para a formação de uma sociedade mais tolerante, igualitária e democrática.

Palavras-chave: Escola. Gênero. Professor. Educação Física.

Abstract

21st century education faces many challenges; one of them is to discuss and debate gender issues at school, a subject that still divides opinions across the Brazilian territory. According to the National Curriculum Parameters (PCNs, 1998), it is necessary to face the standards of authoritarian conduct, legitimized over the years in the Brazilian culture, in order to promote equal rights for all male and female students in the school environment. Given the presented context, this research aimed to contribute to the expansion of gender concepts in the initial or continuing education of Physical Education teachers in the school scope. It is based on bibliographical surveys, mainly in the writings of Bourdieu, who reflects on the role of the school in the reproduction of symbolic capital and considers that the pedagogical actions are not neutral. To this end, a bibliographic review was carried out, highlighting the main authors who dialogue about gender, in addition to analyzes of the laws that guide the treatment of the topic within schools, in order to understand the discussions on gender. Finally, it is understood that when there is continuing education of the Physical Education teacher, this professional can act effectively in fighting conflicts between male and female students, fulfilling their social function, which is, contributing to the formation of a more tolerant, egalitarian and democratic society.

Keywords: School. Gender. Teacher. Physical Education.

Resumen

¹ Mestre em Educação. E-mail: marina.p@uninter.com.

² Graduando no curso de bacharelado em Educação Física. E-mail: JULIO.PA@uninter.com.

³ Graduando no curso de bacharelado em Educação Física. E-mail: danipagnan@hotmail.com.

La educación del siglo XXI enfrenta muchos desafíos; uno de ellos es discutir y debatir sobre las cuestiones de género en el ámbito escolar, materia que todavía divide opiniones en todo el territorio brasileño. De acuerdo con los Parámetros Curriculares Nacionales (PCNs, 1998), es necesario enfrentar los patrones de conducta autoritaria, legitimados a lo largo de los años en la cultura brasileña, a fin de promover igualdad de derechos a todos los alumnos y alumnas en el ambiente escolar. En el contexto descrito, esta investigación tuvo como objetivo contribuir con la ampliación de los conceptos de género en la formación inicial o continua del (de la) maestro(a) de Educación Física en el ámbito escolar. Se apoya en exploraciones bibliográficas, principalmente en los escritos de Bourdieu, quien reflexiona sobre el papel de la escuela en la reproducción del capital simbólico y considera que las acciones pedagógicas no son neutrales. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica, con destaque en autores que dialogan sobre género, además del análisis de las leyes que orientan el tratamiento del tema en el interior de las escuelas, a fin de comprender las discusiones sobre género. Para concluir, se entiende que cuando existe la formación continua del(de la) maestro(a) de Educación Física, ese profesional puede actuar de forma efectiva en el combate de los conflictos entre alumnos y alumnas, es decir, puede contribuir para la formación de una sociedad más tolerante, igualitaria y democrática.

Palabras-clave: Escuela. Género. Profesor. Educación Física.

1 Introdução

As discussões acerca das questões de gênero no interior das escolas estão em alta no século XXI, tanto por aqueles que concordam em tratar o assunto como por aqueles que preferem evitá-lo. Diante disso, percebe-se a relevância de discutir esse tópico principalmente na formação inicial dos professores de Educação Física que estão envolvidos direta e diariamente com situações relacionadas com gênero. A metodologia deste trabalho é de caráter bibliográfico, com levantamento de dados respaldado em artigos científicos que permitem melhor compreensão do tema. O objetivo da pesquisa foi contribuir para a ampliação dos conceitos de gênero na formação inicial ou continuada do(a) professor(a) de Educação Física no contexto escolar. Está pautada em levantamentos bibliográficos, principalmente nos escritos de Bourdieu, que reflete sobre o papel da escola na reprodução do capital simbólico e considera que as ações pedagógicas não são neutras.

O problema dessa pesquisa é compreender quais as contribuições sobre gênero que o(a) professor(a) de Educação Física pode aportar ao ambiente escolar, minimizando conflitos que podem acontecer no interior das escolas, em especial nas suas aulas. O estudo dessa temática justifica-se devido à necessidade de se tratar continuamente a questão — considerada por muitos profissionais um tabu — em diferentes espaços sociais, principalmente no ambiente escolar. É de extrema relevância que os profissionais de Educação Física estejam aptos e preparados teoricamente sobre os conceitos, partindo de um discurso histórico e social que permite a compreensão da “violência simbólica” e da “reprodução” do capital simbólico, descrito pelo sociólogo Pierre Bourdieu como algo natural que se consolidou ao longo dos séculos e que, muitas vezes, é reproduzido na fala dos alunos e professores em sala de aula.

Percebe-se que a temática é apresentada atualmente na mídia, nas interações em grupos sociais e principalmente no contexto escolar, sendo necessário que os professores de Educação Física tenham subsídios teóricos e práticos para combater “certos discursos” de alunos e alunas, consolidados como verdades absolutas em sala de aula.

Para isso, buscaremos contribuições de autores como Bourdieu (2011, 2012), Butler (2008), Scott (1995) e tantos outros que procuram compreender a origem, o desenvolvimento e a construção do termo gênero ao longo dos séculos. Além do amparo no entendimento das leis brasileiras que respaldam o debate.

Por fim, esperamos que os aportes sejam válidos e permitam a melhor compreensão dos conceitos de gênero e da importância de dialogar sobre a questão nas escolas, com profissionais aptos, que contribuam com pontos de vista distintos aos previamente consolidados e legitimados pela sociedade.

2 Construindo conceito sobre gênero

A escola ao longo dos anos vem ganhando novos papéis perante a sociedade, seja pela abordagem dos conteúdos, pelas atribuições conferidas pelos temas transversais ou ainda, pela necessidade de informação para os novos cidadãos que estão adentrando o mundo com novas relações. Essas relações provocam novos conceitos e denominações que se difundem no contexto social. Entre eles, a forma como se concebe a figura masculina e feminina no século XXI.

O termo gênero ao longo dos anos também foi ganhando novas acepções, que necessitam serem compreendidas pelos profissionais da área educacional, principalmente pelos professores de Educação Física, que têm entre as suas funções a mediação de conflitos diários entre alunos e alunas nas suas aulas. Para compreender um pouco mais sobre esses conceitos, o sociólogo Pierre Bourdieu explica que o termo gênero é visto como

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo feminino e masculino, e, especificadamente, as diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais, podem ser vistas como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente da divisão social do trabalho (BOURDIEU 2011, p. 20).

Aqui, o autor faz referência aos dois corpos: o masculino e o feminino, cada qual com suas particularidades, anatomicamente definidas e culturalmente diferentes. Essas especificidades por sua vez, têm sido justificativas para vários questionamentos históricos sobre o papel do homem e o da mulher ao longo dos séculos.

Scott (1995) concorda com Bourdieu (2011) e ainda indica que as diferenças estão nos órgãos masculinos e femininos, que possuem um “poder simbólico” legitimado ao longo dos séculos para os sexos.

O termo gênero tem duas partes e diversos subconjuntos que estão interrelacionados, mas que devem ser analiticamente diferenciados. (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder. (SCOTT 1995 p. 86)

Essa relação de força que o autor denomina como “poder”, se resume nas diversas histórias retratadas, em que a mulher é submissa ao homem e o homem superior à mulher, que geram a imagem da mulher sempre em posição secundária ao lado do homem.

Para autora Judith Butler, gênero é visto por outra linha, a culturalista. Essa por sua vez, foi consolidada no Brasil conforme explica

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significado do gênero, inscrito em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto a formulação de que a biologia é um destino (BUTLER 2008, p. 26).

Essa concepção foi determinante para que a classe masculina tivesse “poderes de dominação” em uma cultura preestabelecida pelos homens e atribuiu à mulher o papel de delicada, frágil e maternal durante todo o século XIX.

Para Goellner, uma estudiosa da área, gênero também possui uma denotação social e cultural, conforme define abaixo.

Gênero é a condição social através da qual nos identificamos como masculinos e femininos [...]. Não é algo natural que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os sujeitos a partir daquilo que se identifica como masculino e feminino (GOELLNER 2009, p.11).

Essas análises sobre gêneros se interconectam com as atividades produtivas e reprodutivas do “capital cultural e capital simbólico” — nas expressões de Bourdieu (2011) — que foram apropriados culturalmente e que deram aos homens o domínio das instituições sociais, estereotipando inclusive os espaços físicos como sendo masculinos ou femininos (AGGIO, 2015). Para Bourdieu, isso é visto como uma violência simbólica, entendida como

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASERON, 2012, p. 25)

Essa violência simbólica a que se refere o autor foi predeterminada pelos fatores históricos, sociais, culturais e biológicos, que foram sendo herdados culturalmente pelos indivíduos, como sendo algo natural apenas para os homens.

3 Construindo o conceito de gênero na escola

Para os profissionais que atuam na educação básica, é muito comum presenciar conflitos entre os meninos e as meninas na sala de aula, na hora do intervalo, nas quadras esportivas ou nas rodas de conversas. Em cada uma dessas situações presenciadas, o posicionamento dos profissionais de educação é fundamental, por isso a importância de aprofundar os conceitos e de não se omitir.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) “o trabalho sobre relações de gênero [na escola] tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL 1997, p. 352). Para combater esse autoritarismo aparentemente masculino dos ambientes na escola, é necessário aprofundar nos conceitos que foram construídos e edificados ao longo dos séculos, e que se perpetuam ainda hoje nos mais diferentes espaços ou campos, como explica Bourdieu.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de força. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com outras forças (relativas) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

De acordo com Bourdieu, dentro de cada campo acontecem disputas, conflitos e lutas entre dominantes e dominados, que operam no sentido mais amplo de defesa e de luta pelo seu espaço. Um exemplo bem prático, para melhor compreensão do leitor, é o controle dos meninos, na hora do intervalo, sobre as quadras das escolas; eles simplesmente dominam o espaço de forma que as meninas não possam usufruir dele ou tenham que brigar por ele. Isso é algo que em muitas escolas é normal e consolidado; jamais é enfrentado por um docente, seja por falta de formação teórica para confrontar os meninos ou ainda, por se compreender que aquele “ato” é natural e não modifica o cotidiano escolar.

Mas por que não inserimos a temática da construção de igualdade entre os gêneros nas escolas? Por que não trabalhamos a história dos gêneros ao longo da história, o que nos daria subsídios para discutir determinados assuntos? Por que não indagamos as causas pelas quais algumas profissões são dominadas por homens, tais como engenharia ou mecânica? Ou ainda, por que não questionamos o fato de que predominem figuras do sexo masculino na determinação das políticas no Brasil?

Abaixo, o sociólogo Bourdieu destaca um exemplo bem prático de como os profissionais da educação manifestam uma concepção determinista em relação às profissões destinadas a meninos e meninas, muitas vezes oculta nos discursos previamente consolidados.

Quando indagamos de adolescentes a respeito de sua experiência escolar, não podemos deixar de chocar-nos com o peso das incitações e injunções, positivas ou negativas, dos pais, dos professores e sobretudo dos orientadores escolares, ou dos colegas, sempre prontos a lembrar-lhes, de maneira tácita ou implícita, o destino que lhes é indicado pelo princípio da divisão tradicional: assim, grande número delas observa como os professores das disciplinas científicas solicitam e estimulam menos as moças que os rapazes, e como os pais, tais como os professores ou os orientadores, as desviam, "para seu bem", de determinadas carreiras consideradas masculinas ("Quando seu pai lhe diz: 'você nunca vai se dar bem nesta profissão', isto é estupidamente vexaminoso"), ainda mais porque eles encorajam seus irmãos a segui-las (BOURDIEU, 2011, p.113).

Na ótica do autor, se pode perceber a tendência dos professores a dar preferência na escolha desta ou aquela profissão para meninos e meninas, legitimando concepções de masculinidade, ainda que inconscientemente. O critério é sempre oferecer todas as opções e cabe aos indivíduos escolher.

Bourdieu (2011, p. 109) ainda enfatiza este conceito dizendo:

E é sabido que o mesmo princípio de divisão é ainda aplicado, dentro de cada disciplina, atribuindo aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso.

O autor, no entanto, destaca que há um aumento expressivo nas representações da figura feminina em profissões consideradas intelectuais, administrativas, jornalísticas, televisivas, cinematográficas, radialistas e de relações públicas, assim como um incremento no número de profissões que tradicionalmente definiam a mulher como uma profissional "adequada", tais como a docência, a assistência social e paramédica.

Apesar de diplomada, a mulher foi orientada a profissões consideradas intermediárias, sendo praticamente excluída das profissões "de responsabilidade" tais como as do setor econômico, financeiro, político e esportivo. Os espaços nos departamentos de ciências,

mecânica, eletricidade e eletrônica, também se consolidaram como masculinos; na medicina, a mulher foi direcionada para cargos do setor pediátrico e ginecológico. Os cargos hierárquicos ficaram *a priori* para os homens (AGGIO, 2015).

Bourdieu analisa estes fatos, dizendo:

O questionamento das evidências caminha *pari passu* com as profundas transformações por que passou a condição feminina, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas: é o caso, por exemplo, do aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticonceptivas e a redução de tamanho das famílias); é, sobretudo, o adiamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação da interrupção da atividade profissional por ocasião do nascimento de um filho, e também a elevação do percentual de divórcio e queda dos percentuais de casamentos (BOURDIEU 2011, p. 107).

Aos poucos a mulher começou a entrar nos espaços ou campos que antes eram somente restritos aos homens. Bourdieu (2011, p. 13) indica que “como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos”.

O fato é que os profissionais de educação não prestamos atenção a esses detalhes; mais ainda, às vezes nem sequer sabemos que eles existem e são reproduzidos no ambiente escolar. Quando nós negamos a promover discussões sobre os conceitos de gênero, também deixamos de oferecer a nossos alunos a oportunidade de analisar e questionar o que sucede no seu entorno; afinal, esse é um dos papéis da escola, conforme Sacristán *et al* (1998, p. 14) comentam abaixo:

A escola por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos/as, paulatina, mas progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer. Desta forma, contribui decisivamente para a interiorização das ideias, dos valores e das normas da comunidade [...].

Ao mesmo tempo em que a escola tem o dever de promover os conhecimentos e condutas, ela também serve como aparelho ideológico do Estado, motivo pelo qual prega a ideia da classe dominante. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 22) destaca que:

A escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar e seu conjunto. Consequentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é efeito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária.

Neste pensamento, a escola deve ser o espaço de atuação dos profissionais que nela atuam; ali os conteúdos devem ser aplicados e contextualizados, a fim de compreender o

passado, o presente e um possível futuro. Deve ser um contexto favorável para a busca de igualdades de direitos entre os gêneros, não só na escola, mas em todos os espaços que a Constituição Brasileira de 1988 permite. Para Gómez (SACRISTÁN *et al*, 1998, p. 15), “A função do processo de socialização na escola é a formação do cidadão/ã para sua *intervenção na vida pública*”.

A escola deve ser um âmbito que privilegie o diálogo, promovido pelos agentes do processo de formação; segundo Tardif e Lessard (2014, p.55), “Esse lugar também é produto de convenções sociais e históricas que se traduzem em rotinas organizacionais relativamente estáveis através do tempo”. Não se pode esquecer que a escola é também fruto de interesses de instituições políticas e sociais, que com pesos e medidas “moldam” a sua estrutura.

Exatamente por ser esse um espaço de relações de poder construído historicamente, é necessário que haja intervenção dos profissionais, principalmente dos professores, conforme Corsino e Auad (2012, p. 61) retratam

As desigualdades de gênero podem diminuir significativamente quando há maior preocupação e intervenção dos(as) professores(as) na organização das aulas, no que se refere à interação de meninos e meninas e quanto ao que se diz e pratica no que tange às representações acerca do masculino e feminino. Essa intervenção — essa ação orientada na direção da desconstrução das polaridades e hierarquias de gêneros — correspondem a uma das ações percebidas como coeducativas, representando um passo adiante e *a mais* em relação à escola mista.

Para que isso aconteça, é necessário que os professores, pedagogos e diretores se dediquem a tópicos referidos à temática de gênero, aproveitando as questões que estão no cotidiano dos alunos; que abordem nos temas transversais temas que possibilitem a análise e crítica dos alunos; que tragam exemplos do ambiente escolar para discutir os conceitos construídos historicamente sobre a figura feminina e masculina; que permitam diálogos fundamentados nos problemas sociais ligados às mulheres como, por exemplo, os feminicídios e tantas outras situações/exemplos ligadas ao cotidiano do aluno.

Portanto, como vemos acima, é necessário que, na formação continuada do(a) professor(a) de Educação Física, as instituições formadoras se preocupem em contextualizar os conceitos de gênero sem julgamentos ou visões pré-estabelecidas pela sociedade. Devem ser neutras, sem discriminações, sem reproduzir representações tradicionais sobre o tema e apresentar argumentos fundamentados teoricamente.

4 Considerações finais

Como se pode perceber no decorrer dessa pesquisa, a escola não é neutra, mas sim carregada de princípios derivados da sua própria constituição ao longo dos anos. A escola como campo, na denominação de Bourdieu, produz, reproduz, constrói, desconstrói, legitima e impõe representações na construção dos conceitos de gênero.

Contudo, é necessário que os(as) professores(as) de Educação Física tenham conhecimentos teóricos para combater os conceitos legitimados ao longo dos anos entre a figura feminina e masculina. Para isso, é necessário compreender os conceitos — edificados pela sociedade a partir de saberes biológicos e culturais — que reinaram e ainda reinam, definindo o papel do homem e da mulher na sociedade.

A partir dos conhecimentos adquiridos na formação inicial continuada do(a) professor(a) de Educação Física e também construídos ao longo do percurso como profissional, é necessário estar atentos aos desafios que serão enfrentados durante a carreira para saber emitir opiniões, mas principalmente combater determinados preconceitos, provenientes de docentes, alunos e pais, produtos da falta de informação acerca da temática.

É indispensável abordar a temática no ambiente escolar, seja como conteúdo oferecido aos alunos, seja pelos temas transversais, seja por meio de palestras e debates, que devem ser promovidos pelo corpo pedagógico das escolas, a fim de informar a todos sobre a história da desigualdade de gênero e como ela se percebe na escola e na sociedade.

Portanto, acredita-se que está na formação dos(as) professores(as) de Educação Física a necessidade de contextualizar os conceitos para saber superar os enfrentamentos que surgirão no futuro. É necessário ainda que os profissionais da educação assumam posição e debatam o tema, fundamentados em teorias e conceitos.

Nesta mesma linha de formação inicial ou continuada, os currículos das instituições formadoras devem possibilitar aos alunos e alunas dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física o entendimento destas e outras questões que ensombrecem o ambiente escolar e as práticas esportivas, a fim de combater os preconceitos institucionalizados nas escolas.

Referências

AGGIO, Marina Toscano. **O olhar feminino sobre o futebol**: das questões de gênero à reestruturação do habitus no interior da escola. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2015. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/biblioteca/o-olhar-feminino-sobre-o-futebol/>. Acesso em 28 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre Félix; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Jean Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

BOURDIEU, Jean Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira, Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Jean Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC, SEF, 1998. 115 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CORSINO, Luciano Nascimento. AUAD, Daniela. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOELLNER, S, V. *et. al.* **Gênero e raça**: inclusão no esporte e lazer. Porto Alegre: Ministério do Esporte; Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul. 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno *et al.* **Compreender e transformar o ensino**. 4ª. ed. Porto Alegre: Penso, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SIMÕES, Antônio Carlos. **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero e desempenho. São Paulo: Aleph, 2004.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.